



CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
NOVA FRIBURGO

## **FINANÇAS, ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO – (CFOTP)**

### **PARECER 028/2025**

**Relativo ao Projeto de Lei 99/2025 - Estima a receita e fixa a despesa do Município de Nova Friburgo para o exercício financeiro de 2026**

**Autor: Poder Executivo**

### **1) DA TRAMITAÇÃO**

O presente Projeto de Lei Ordinária foi encaminhado para esta comissão em obediência ao que determinam o art.147, caput e 148, caput, ambos do Regimento Interno desta Casa legislativa, para o cumprimento do que dispõe o art.38, inciso I, alínea “c” do mesmo diploma legal e do que dispõe o artigo 259, § 4º, I, da Lei Orgânica do município de Nova Friburgo.

Objetiva, em obediência ao artigo 38, I, “c” do Regimento Interno da Câmara Municipal e ao artigo 259, § 4º, I da Lei Orgânica Municipal, apreciar, dentro da competência desta comissão, a adequação constitucional e legal intrínseca à matéria constante da proposição, bem como apreciar o mérito do seu conteúdo.

### **2) DO RELATÓRIO E DA FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto dispõe sobre o a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026 e possui a seguinte ementa:

“Estima a receita e fixa a despesa do Município de Nova Friburgo para o exercício financeiro de 2026”.

A matéria objeto do presente projeto é de competência comum dos entes federados, conforme dispõe o artigo 24, II da Constituição Federal. Ademais, trata de assunto de interesse local, estando em consonância com o artigo 30, I, da Carta Magna.

Cuida-se de projeto de iniciativa obrigatória e exclusiva do chefe do Poder Executivo, conforme dispõem o artigo 61, § 1º, inciso II, alínea “b” e o artigo 165, inciso III do caput, ambos da Constituição Federal, reproduzidos, em obediência ao princípio da simetria, no artigo 258, III e no artigo 170, II, “c”, pela Lei Orgânica Municipal.



CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
NOVA FRIBURGO

## FINANÇAS, ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO – (CFOTP)

Assim, a presente proposição não carece de vício de iniciativa quanto à sua propositura.

O projeto foi encaminhado para esta Casa Legislativa em 29 de agosto, dentro do prazo previsto no artigo 35, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT/88) e no artigo 262, parágrafo único, III, da Lei Orgânica Municipal.

As Audiências Públicas obrigatórias previstas no artigo 143, § 3º do Regimento Interno desta Câmara Municipal, instituído por força do § 3º do artigo 259 da Lei Orgânica do município, foram realizadas dentro do prazo e na quantidade estabelecida pelo referido dispositivo regimental.

A proposição sob análise recebeu SUBSTITUTIVO, através de mensagem do Chefe do Poder Executivo no dia 09 de outubro, antes do início da análise do projeto por esta comissão, em consonância com o que determina o artigo 166, § 5º da Constituição Federal, aplicado por simetria aos estados e municípios.

Foram apresentadas 31 (trinta e um) emendas ao projeto **original**, todas em conformidade com o que determina o artigo 166, §3º da Constituição Federal e artigo 124 do Regimento Interno desta Câmara, tendo em vista que as emendas apresentadas estão compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, indicando recursos através de anulação de despesas permitidas, de acordo com o que dispõe os incisos I e II do § 3º do artigo 166 da Constituição.

Das emendas apresentadas, 1 (um) emenda é corretiva. Com a finalidade de corrigir nomenclaturas dos programas de ações e sanar erros materiais.

No mais, as emendas apresentadas ao SUBSTITUTIVO estão em consonância com a legislação aplicável, não merecendo nenhum óbice legal ou constitucional.

A proposição está compatível com o Plano Plurianual (PPA) 2026/2029 e com Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme determina o caput do artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000 e vem acompanhada de anexo com demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes na LDO, conforme inciso I do artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como vem acompanhada dos documentos previstos no § 6º do artigo 165 da Constituição Federal e nos §§ 1º e 2º do artigo 2º da Lei 4.320/64, que dispõe sobre o Orçamento.

A reserva de contingência está observada, em obediência ao que dispõe o inciso III do artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000.

Verifica-se a obediência à “REGRA DE OURO” do orçamento, a qual dispõe que os a expansão da dívida pública não pode superar o limite do valor previsto



CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
NOVA FRIBURGO

## FINANÇAS, ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO – (CFOTP)

para a amortização da dívida e investimentos, conforme determina o inciso III do artigo 167 da Carta Magna.

A proposição prevê gastos com pessoal no limite estipulado pelo inciso III do artigo 19 da Lei Complementar 101. Prevê, ainda, limite compatível de gastos com o Poder Legislativo, conforme alínea “a” do inciso III do artigo 20 da lei supramencionada.

A previsão de gastos em políticas públicas de saúde está de acordo com o que determina o artigo 7º da Lei Complementar nº 141/2012, instituído por força do inciso III, do § 3º do artigo 198 da Constituição de 1988.

Do mesmo modo, verifica-se a obediência ao artigo 212 da Constituição Federal, que prevê limite mínimo de investimentos em políticas de educação básica no percentual de 25% da receita de impostos próprios e de transferências de impostos.

Conforme determina o artigo 165, § 5º da Constituição Federal, em seus incisos I e III, consta do presente projeto o orçamento Fiscal e o da Seguridade Social.

O projeto estima a receita do município para o exercício financeiro de 2026 no montante de R\$ 1.158.530.178,00 (Um bilhão, cento e cinquenta e oito milhões, quinhentos e trinta mil e cento e setenta e oito reais), e fixa a despesa em igual valor.

Em regra, todas as emendas apresentadas mostram-se pertinentes, seja para corrigir inconsistências, seja para aprimorar a distribuição de dotações orçamentárias, atendendo aos princípios da eficiência, legalidade e interesse público. Contudo, faz-se necessária uma análise detida sobre o **§ 2º da Emenda Aditiva Nº 01**, o qual versa sobre a movimentação dos recursos de dotações orçamentárias legalmente vinculadas (listadas no § 1º da mesma Emenda, como MDE, ASPS, Assistência Social e outras transferências com destinação obrigatória).

O § 2º da Emenda Aditiva Nº 01 propõe a seguinte redação:

***“§ 2º Os recursos provenientes das fontes mencionadas no § 1º somente poderão ser objeto de anulação para suplementação de créditos dentro do mesmo programa e da mesma função de governo, vedado o remanejamento para a finalidade diversa da originalmente prevista.”***

A intenção da Emenda, de salvaguardar e garantir a aplicação correta dos recursos constitucionalmente vinculados, é louvável e está em conformidade com o princípio da boa governança.



CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
NOVA FRIBURGO

## FINANÇAS, ORÇAMENTO, TRIBUTAÇÃO E PLANEJAMENTO – (CFOTP)

Entretanto, a forma como o § 2º foi redigido impõe um **excesso de rigidez ("engessa")** que pode se tornar um obstáculo intransponível à gestão financeira eficaz do Executivo Municipal.

Ao proibir, de forma absoluta, **"qualquer remanejamento que altere finalidade ou finalidade-vinculação"** e restringir a movimentação a ser **"apenas dentro da mesma área de atuação"**, o dispositivo retira a mínima margem de flexibilidade administrativa necessária.

Portanto, embora o intuito de proteção seja legítimo, a redação do § 2º cria uma trava operacional que compromete a eficiência e a agilidade na aplicação dos recursos vinculados, penalizando a capacidade de gerenciamento do Poder Executivo e, em última instância, o atendimento à população.

### 3) VOTO E CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, este Parecer manifesta-se **FAVORÁVEL** à aprovação de todas as emendas apresentadas ao Projeto de Lei Ordinária N° 99/2025 – Substitutivo à LOA 2026, por serem meritórias e pertinentes, e **CONTRÁRIO/PELA REJEIÇÃO** do § 2º da Emenda Aditiva N° 01, de autoria do Vereador Marcos Marins, por impor uma restrição excessiva (engessamento) à gestão orçamentária dos recursos vinculados, contrariando o princípio da eficiência administrativa.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões Dr. Jean Bazet, em 24 de novembro de 2025.

**Christiano Huguenin**  
**Presidente**

**Claudio Leandro**  
**Vice-Presidente**

**Jose Carlos Schuabb**  
**Secretário**

**Cascão do Povo**  
**Membro**

**Marcos Marins**  
**Membro**